

## TECNOLIBERDADE: PODER E POLÍTICA NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

### TECHNOLIBERTY: POWER AND POLITICS IN THE AGE OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE

**CELSO CANDIDO DE AZAMBUJA<sup>1</sup>**  
(UNISINOS/Brasil)

#### RESUMO

Este artigo aborda o conceito e as implicações da liberdade na era da Inteligência Artificial (AI) e suas tecnologias. A investigação destaca a grandeza e a complexidade dos problemas envolvidos: a liberdade humana e a Inteligência Artificial, e busca uma interconexão essencial entre eles. Embora não haja respostas definitivas para os desafios teóricos e práticos que surgem dessa interação, acredita-se que esses problemas merecem ser estudados. A questão central abordada é se a Inteligência Artificial favorece ou limita a experiência da liberdade humana. A hipótese defendida é que a Inteligência Artificial favorece a liberdade na atualidade. O artigo inicia com uma breve revisão teórica sobre o conceito de liberdade na tradição filosófica ocidental e problematiza a ideia de liberdade e democracia na era da Inteligência Artificial. Propõe-se que a liberdade hoje deve ser compreendida como tecnoliberalidade, pois é através das tecnologias de comunicação e informação digitais, em especial da Inteligência Artificial, que podemos pensar e vivenciar a liberdade. O objetivo é compreender a liberdade no contexto dos processos políticos, econômicos e sociais determinados pela Inteligência Artificial, buscando uma definição de liberdade que seja compatível com essa realidade.

**Palavras-chave:** Liberdade; Inteligência Artificial; Democracia; Poder político.

#### ABSTRACT

This article addresses the concept and implications of liberty in the age of Artificial Intelligence and its technologies. The research highlights the magnitude and complexity of the problems involved: human freedom and Artificial Intelligence and seeks an essential interconnection between them. Although there are no definitive answers to the theoretical and practical challenges that arise from this interaction, we believe that these problems are worth investigating. The central issue addressed is whether Artificial Intelligence favors or limits the experience of human liberty. The hypothesis defended is that Artificial Intelligence favors liberty nowadays. The article begins with a brief theoretical review of the concept of freedom in the Western philosophical tradition and discusses the idea of freedom and democracy in the age of Artificial Intelligence. It is proposed that liberty today should be understood as technoliberty, as it is through new digital communication and information technologies, especially Artificial Intelligence, that we can experience freedom. The objective is to understand freedom in the context of

political, economic, and social processes determined by Artificial Intelligence, seeking a definition of liberty that is compatible with this reality.

**Keywords:** Liberty; Artificial Intelligence; Democracy; Political power.

*No one can be a great thinker who does not recognize that as a thinker it is his first duty to follow his intellect to whatever conclusions it may lead.*

John Stuart Mill

*If you think that you understand the impact of AI, you do not understand, and have yet to be instructed further. if you know that you do not understand, then you truly understand.*

Sam Altman

## Introdução

Este artigo visa problematizar o conceito e as possibilidades da liberdade na era da Inteligência Artificial (AI) e suas tecnologias intelectuais e de comunicação. Trata-se de uma investigação admirável, porque estamos diante de dois problemas cuja grandeza e complexidade são extraordinárias e estão longe de serem inteiramente compreendidas. A tarefa se torna verdadeiramente monumental quando buscamos uma interconexão essencial entre elas. Estamos longe de imaginar que encontraremos respostas definitivas aos problemas teóricos e práticos aí colocados. Mas acreditamos que vale a pena abrir linhas de investigação para abordar esses problemas. A questão fundamental que se pretende explorar é se a AI favorece a experiência da liberdade humana ou se ao contrário limita as possibilidades dessa experiência? E, também, como esse contexto epocal nos permite pensar conceito de liberdade. A hipótese central é de que a liberdade, entendida como tecnoliberalidade, é favorecida na era da AI.

Partindo de uma breve revisão teórica relativa ao conceito de liberdade na tradição filosófica, este artigo tem como objetivo sustentar a ideia de que a liberdade hoje deveria ser definida como tecnoliberalidade. Buscamos, então, um modo de entender a liberdade no horizonte dos processos políticos, econômicos e sociais determinados pela AI e suas tecnologias para vivermos a liberdade.

Inicialmente discutimos o modo como importantes pensadores da tradição ocidental pensaram e problematizaram o conceito de liberdade. Em

seguida, discutimos a relação entre liberdade, democracia e poder e a tecnologia, buscando entender as contradições e problemas que emergem dessas relações. A partir daí, refletimos como a cultura e a subjetividade estão sendo impactadas pelas redes de comunicação digitais criando uma espécie de mal-estar na cultura. Tendo em mente a enorme complexidade da vida social, política e cultural mediadas pelas tecnologias de comunicação e pela AI, avançamos na tentativa de entender o cenário da ciberdemocracia e refletimos criticamente o mito da democracia moderna. Finalmente, nos perguntamos sobre as possibilidades da liberdade e da democracia na era da AI, analisando alguns aspectos importantes das relações internacionais entre os estados e das relações internas da governança de um Estado.

### **A liberdade humana é civil**

A liberdade humana é uma questão admiravelmente complexa. Ela envolve, primordialmente, uma relação com a natureza e o meio ambiente, em seguida uma relação entre grupos e estados, depois entre indivíduos e desses com suas coletividades e, finalmente, envolve uma relação de si para consigo mesmo.

Liberdade é a capacidade humana de viver segundo suas próprias regras e leis, em ser dono do próprio destino. Tudo aquilo que limita essa capacidade opera contra a liberdade. Em certo sentido, toda a existência humana tem sido uma constante luta contra essas forças limitadoras da liberdade. Todo esforço humano desde sempre foi lutar para superar inumeráveis obstáculos e dificuldades.

Dessa forma, desde os tempos primordiais, busca-se encontrar meios pelos quais a opressão imposta pelas forças da natureza possa ser superada. Inicialmente, isso ocorre através das capacidades físicas e intelectuais do corpo, possibilitando a adaptação, até a conquista do domínio do fogo e a criação de artefatos técnicos. Simultaneamente, a sobrevivência e a liberdade da humanidade ao longo desse extenso período sempre demandaram a formação de grupos. Somos uma espécie naturalmente gregária, como afirmou Aristóteles, dependendo uns dos outros para a nossa existência. Portanto, a questão da liberdade individual, desde o princípio, é intrinsecamente ligada à liberdade coletiva.

Quando já suficientemente estabilizados, os problemas que se colocam para os agrupamentos humano dizem respeito ao domínio territorial. Organizados em comunidades que buscam sua autossustentação, é preciso que essas coletividades se organizem militarmente para enfrentar possíveis invasores estrangeiros. Nesse

momento, a grande questão da liberdade não é mais, ou tão somente, em relação às forças externas da natureza, mas a da liberdade coletiva face aos inimigos externos.

Em sua monumental obra, *A República*, Platão enfatizará, sobretudo, esse aspecto do conceito de liberdade, *a liberdade da polis*, para a qual os guardiões deverão ser totalmente dedicados e devidamente educados. O que importa é como garantir que a cidade seja livre. Por isso Platão considera a liberdade individual perigosa para o Estado, pois tende a enfraquecer os laços coletivos contra possíveis e prováveis inimigos externos, de um lado e, de outro, abre as portas para os inimigos internos, os tiranos, uma vez que a cidade dominada pelos desejos concupiscentes do povo, o Estado degenera em anarquia. Assim, o povo se torna presa fácil de demagogos que no futuro acabarão por constituir um governo tirânico, o pior de todos os males públicos. Para Platão, portanto, a liberdade dos cidadãos colocava em risco a estabilidade e a autonomia da *polis*. Já em Aristóteles, a ideia de liberdade estava associada à natureza das pessoas. De acordo com a sua perspectiva, uns nascem para serem senhores, os de alma livre; e outros para serem escravos, aqueles que não têm alma livre e, portanto, precisam dos senhores para bem viver.

A liberdade humana, por sua vez, implica o reconhecimento de sua relação com o trabalho e com os meios de produção e reprodução de sua própria existência. A vida humana é um processo constante de produção das condições e apropriação dos bens para sua subsistência. Esse é, pois, seu primeiro ato histórico, como bem ressaltou Marx. Assim, desde o momento em que a guerra deixa de ser seu principal meio de subsistência e apropriação daquilo que deseja, o trabalho constituirá o centro através do qual os indivíduos e coletividades poderão encontrar sua liberdade. O primeiro grande período de emancipação humana diante das forças cegas da natureza começa com a revolução agrícola. Tão bem cantada nos versos *"Ἔργα καὶ Ἡμέραι* (Os trabalhos e os dias) de Hesíodo, para viver e encontrar a justiça, os indivíduos precisam labutar, dia após dia, para colherem os grãos que lhe darão o pão com o qual se alimentarão. Por isso, Marx ressaltou a importância de pensar as relações de poder e as possibilidades da liberdade humana associadas às diferentes formas de produção e desenvolvimento das forças produtivas. Nesse sentido, a liberdade, diferentemente do que propunha a tradição hegeliana, não era simplesmente um caso de autoconsciência do espírito universal, só seria possível na medida em que a sociedade conseguisse superar a divisão das classes sociais, pois os detentores dos meios de produção oprimiam os detentores da força de trabalho. A liberdade humana seria conquistada somente quando o trabalho deixasse de ser um sistema de exploração da

maioria por uma minoria, como no capitalismo ou um sistema para simples satisfação das necessidades humanas, como no socialismo e fosse essencialmente expressão das potencialidades criativas e subjetivas de cada indivíduo, como no comunismo. Seja como for, a liberdade está estreitamente vinculada ao mundo do trabalho, pois é através dele que escapamos do destino, da guerra e da injustiça ou então será preciso superar as relações de produção opressoras para conquistar uma sociedade livre na qual cada indivíduo viveria segundo às suas potencialidades.

Por sua vez, o intercâmbio comercial entre os indivíduos e comunidades é parte fundamental da vida humana. De acordo com Benjamin Constant, a partir do momento em que as sociedades passam a priorizar o comércio para conquistarem o que desejam, a guerra deixa de ser assunto principal dos estados. Com isso, passamos a viver em sociedades cada vez mais pacíficas, e os indivíduos ganham em liberdade privada. O intercâmbio comercial vai permitir que os indivíduos, nas sociedades modernas, possam viver suas liberdades individuais em larga medida, diferentemente das sociedades antigas que viviam em guerras constantes.

Em seguida, na medida em que as sociedades se pacificam, os indivíduos se encontram diante da moralidade dos costumes. Nietzsche denunciará a moralidade como instrumento do animal de rebanho cujo objetivo fundamental seria reprimir e controlar o indivíduo autônomo. Assim, a liberdade individual é permanentemente tensionada face aos imperativos morais da sociedade. Para Nietzsche, apenas um indivíduo que se coloque além do bem e do mal dos valores do rebanho é capaz de viver livremente.

Finalmente, a psicanálise freudiana mostrou, depois de Schopenhauer e de Nietzsche, que o indivíduo é condicionado por determinações interiores, seu inconsciente desejante e suas pulsões. Para Schopenhauer, somos necessariamente dominados pela vontade, e nossa liberdade não é senão expressão dessa vontade. Para Nietzsche, o indivíduo deveria dar vazão as suas paixões e pulsões para realizar seu inteiro potencial existencial. Para Freud, a liberdade do eu estava justamente na capacidade do Ego, de fazer a mediação entre os impulsos desejantes do Id e a moralidade social do Superego. Nesse sentido, liberdade seria viver de acordo com o princípio de realidade.

Kant, por sua vez, compreenderá que o indivíduo somente alcançará a verdadeira liberdade na medida em que as suas decisões e ações morais não estejam determinadas nem por coerções exteriores nem por necessidades materiais. Para Kant, a liberdade significa não estar subjugado por ordens, normas ou regras impostas externamente ao

indivíduo, tampouco pelos seus interesses pessoais. Segundo a perspectiva kantiana, ser livre é, portanto, não se tornar um mero autômato nem cair na condição de escravo dos próprios desejos. Por outro lado, na visão de Kant, o progresso da humanidade dependerá essencialmente da liberdade dos indivíduos para exercerem publicamente sua razão de maneira plenamente livre. É somente por meio dessa liberdade que a humanidade pode encontrar o esclarecimento necessário para superar seus limites, preconceitos e desafios, avançando em direção ao seu aperfeiçoamento.

A modernidade, através do comércio, conforme Benjamin Constant, instituiu a ideia segundo à qual a liberdade individual como a verdadeira liberdade, aquela que não estaríamos dispostos a abrir mão em nome da liberdade coletiva. Entretanto, Constant enfatiza a importância da liberdade política, a fim de garantir nossa mais preciosa liberdade, a individual. Para o Maquiavel republicano, as leis da história revelam o constante problema da desunião entre os indivíduos. Para ele, o conflito, contrariamente do que se imagina, será condição da estabilidade das relações em um Estado, pois o conflito entre o povo e a aristocracia é o que garante a liberdade civil. A saúde dos Estados reside neste conflito, pois todas as leis humanas nascem da desordem. De acordo com Bobbio, Maquiavel apresenta aqui a visão moderna da política e da sociedade, segundo à qual a manutenção da liberdade se dá pelo conflito e não de uma ordem sempre vinda de cima. O governo misto surge, assim, como solução de um problema fundamental, sempre existente nas repúblicas, entre aqueles que querem mandar e aqueles que não querem ser mandados.

A tradição contratualista, entre eles Hobbes e Locke, considerou a liberdade como ausência de impedimentos. No entanto, a justiça e a paz só poderiam ser realizadas na medida em que os indivíduos renunciassem a liberdade que tinham no "estado de natureza", para evitar que se autodestruíssem em um "estado de guerra" permanente, delegariam a autoridade a um poder soberano, um contrato que estaria acima das partes e resolveria as controvérsias. Finalmente, para John Stuart Mill, a liberdade individual é fundamental para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do indivíduo e da sociedade. Contudo, trata-se de uma visão segundo à qual o indivíduo é livre para pensar, dizer e fazer o que bem entender, desde que não prejudique qualquer outro indivíduo.

De acordo Russell, a história da filosofia é perpassada por uma tensão fundamental que dividiu todos os filósofos ao longo do tempo: aqueles que defendem maior liberdade individual face à coletividade e aqueles que defendem maior liberdade coletiva face aos indivíduos.

Como acabamos de ver, ao longo da história da filosofia, a liberdade invariavelmente foi tratada no contexto de suas interrelações sociais. Na

medida em que é impossível ao indivíduo viver sozinho, pois somos animais políticos que por natureza não podem viver independentemente uns dos outros, nossa liberdade individual estará ontologicamente mediada e associada à liberdade coletiva. Assim, qualquer que seja a tendência que se possa assumir, a liberdade humana será sempre uma liberdade civil.

### **A liberdade humana é tecnológica**

A tecnologia é o elemento diferencial que possibilita à humanidade transcender as adversidades impostas pela natureza e superar suas próprias limitações físicas. Ao mesmo tempo, as relações do poder entre os povos e no interior de uma nação foram, em grande parte, mediadas pela tecnologia. Sejam os artefatos bélicos ou os mecanismos técnicos de produção, comunicação e transporte, o poder e, por conseguinte, a liberdade, foram moldados por aqueles que detinham essas tecnologias. O grau de eficácia e potência das armas de guerra de um Estado determina suas perspectivas de preservar a independência ou exercer domínio sobre outras nações. Da mesma forma, quanto mais avançadas forem as tecnologias de produção e guerra de uma elite, maior será sua capacidade de perpetuar seu domínio, subjuguando os cidadãos desarmados e desprovidos dos meios de produção. Dessa maneira, quando a tecnologia se concentra nas mãos de poucos, ela se converte em uma ferramenta de opressão, empregada por uma minoria para subjugar as majorias. Tal dinâmica pode ser observada, por exemplo, nas relações de produção do capitalismo clássico do século 19, assim como nas instituições midiáticas de massa do século 20.

No entanto, nas sociedades tecnocientíficas complexas do século 21, as forças produtivas e comunicativas estão vivendo um processo acelerado de desconcentração. O capital tecnocientífico – conhecimento, tecnologias informáticas, genéticas e de comunicação, Inteligência Artificial – encontra-se cada vez mais compartilhado e acessível a todos. O que antes era poder de poucos está se transformando em poder de muitos. Trata-se, assim, de um processo de empoderamento civil absolutamente novo na história.

Os efeitos de empoderamento dos indivíduos nas sociedades contemporâneas precisam ser compreendidos e avaliados em toda sua extensão e complexidade. Entre os pensadores que se ocupam verdadeiramente dessas questões, encontramos Luc Ferry, para quem as tecnologias como as da informação, da AI e da bioengenharia trazem para o plano humano algo absolutamente inusitado do ponto de vista de sua experiência civilizatória, porque elas acabam por “permear a área da liberdade humana, do domínio do próprio destino pelo ser humano,

aspectos inteiros do real que antes pertenciam apenas à ordem da fatalidade". (FERRY, 2018, p. XLVI.) Abordando a questão das bioengenharias e da economia colaborativa, diz:

Não é surpreendente, de novo, que o transumanismo e a economia colaborativa se inscrevam perfeitamente no movimento de fundo das democracias ocidentais, uma evolução lenta porém inelutável, e cada vez mais rápida desde o fim do século XX, que consiste, a partir do século do Iluminismo pelo menos, em deixar entrar sempre mais na órbita da livre decisão humana o que dela era excluído a priori no mundo antigo, no universo dos costumes, dos patrimônios, das heranças imemorais e intangíveis que haviam caracterizado as sociedades tradicionais desde o começo da humanidade. (FERRY, 2018, pp. XLVII-XLVIII.)

Essa liberdade de decisão estará cada vez mais associada, de agora em diante, aos superpoderes da AI, conforme indicou Kai-Fu Lee (2018).

A ideia de uma inteligência (*vous*) que seria artificial (*τεχνη*) deixou de ser uma mera ficção literária e cinematográfica para se tornar uma realidade efetiva que avança aceleradamente no mundo contemporâneo como um admirável tsunami que aparentemente vai arrastar todas as formas de vida nas próximas décadas. Há muito tempo já não nos causa mais espanto que as máquinas conseguem fazer atividades mecânicas que antes só os humanos e outros animais eram capazes de fazer; todavia, o fato de que elas possam ser "inteligentes", que elas possam "pensar" e tomar decisões "autonomamente" é causa de verdadeiro espanto.

A partir desse contexto, inúmeras e complexas questões se colocam no horizonte humano no desenrolar do século 21. Na medida em que inúmeros trabalhos do terceiro setor serão extintos ou transformados, o que será o trabalho no futuro breve? Como garantir a renda dos inúmeros desempregados? Como deverá ser a educação profissional para esses novos cenários? Ao mesmo tempo, novas e complexas possibilidades do fazer político se colocam no horizonte. Será possível ou desejável que máquinas inteligentes decidam os futuros políticos de nossas sociedades? Podemos falar em governança justa da AI? Quais são as possibilidades da liberdade e no que ela se transforma nesse horizonte?

A abrangência e a velocidade com que a AI impacta os negócios humanos não tem praticamente paralelo na história. Praticamente todos os setores da vida humana, cultural, econômica, social e política estão sendo afetados pelo uso da AI.

Do ponto de vista das grandes determinações humanas, podemos dizer que a primeira grande revolução da era da AI tem a ver com a algoritmização da linguagem e da comunicação que começou a se impor a partir do final do século 20, com estruturas comunicativas totalmente novas. Essa revolução comunicativa criou um cenário inusitado para o intercâmbio humano, transformou os processos de comunicação e democratizou não apenas o acesso à informação, como também e principalmente à produção de informação. Essa revolução comunicativa produziu grandes mudanças nas relações de poder nas sociedades contemporâneas.

De acordo com Hannah Arendt, o poder se exerce de duas formas, pela força ou persuasão. A força, entretanto, não pode ser o único critério do exercício legítimo do poder, pois seus efeitos são limitados no tempo e no espaço. Não é possível o poder de exercer constantemente pela força. Sua legitimidade está associada ao debate público e à capacidade dos governantes em persuadir os governados. Para Maquiavel, existem duas formas do exercício do poder: pela força e pela lei. O ideal seria sempre governar conforme a lei; porém, como os seres humanos não se movimentam apenas por razões, mas são também irracionais é preciso o uso da força, em determinados momentos para a conquista e garantia do poder. Conforme Castells, o poder da comunicação está no centro das relações estruturais da atual sociedade.

Se a batalha fundamental sobre a definição das normas da sociedade e a aplicação dessas normas na vida cotidiana gira em torno da formação da mente humana, a comunicação é central para essa batalha. (CASTELLS, 2009, p. 4. Trad. do autor.)<sup>2</sup>

As formas de comunicação modeladas pela algoritmização estão se tornando um palco, cada vez mais decisivo, das relações de poder nas sociedades contemporâneas. O poder comunicativo, outrora concentrado nas mãos de poucos, baseado em um modelo vertical de via de mão única e piramidal, agora, transforma-se em um modelo horizontal descentralizado que se encontra literalmente nas mãos de todos em que cada um é, ao mesmo tempo, produtor e consumidor de informação. Conseqüentemente, o poder político se democratiza, proporcionando que amplas parcelas da população participem com suas opiniões e informações no grande debate público, bem como permitindo novas formas organização e intervenção coletivas dos cidadãos.

Nem sempre, porém, essa participação pode ser considerada positiva do ponto de vista do bem comum e do esclarecimento. Ao contrário, ela pode ser também perversa e prejudicial aos interesses sociais e humanos. É o caso da proliferação das chamadas *fakenews* e, mais recentemente, das *deepfakes* às quais agora têm o poder de se multiplicar de forma viral e, em certo sentido, incontrolável.

Ao mesmo tempo, o sistema de AI das grandes plataformas promove a concentração e o desenvolvimento de bolhas alienantes, fazendo com que se reforce sempre e a cada vez mais uma única visão do mundo de forma automatizada. Trata-se do poder de “amplificação digital” dos algoritmos das grandes plataformas digitais que se utilizam dos algoritmos,

para otimizar visualizações, compras, cliques em anúncios e engajamento pessoal. No entanto, até um algoritmo de aprendizado simples, recompensado pelo número de cliques e quantia ganha, pode se tornar perigoso com muita rapidez ao exibir conteúdos que reforçam vieses, preconceitos e lógicas enganosas e pode encontrar com eficiência usuários com mais chances de ser influenciados por conteúdos que reforçam suas crenças. Devido ao amplo potencial de escala, escopo e aprendizado dos modelos operacionais que incorporam esses algoritmos, as mensagens danosas podem ser personalizadas e segmentadas para, literalmente, centenas de milhões de pessoas. (IANSITI, LAKHANI, 2021, p. 215.)

Um dos problemas dramáticos dessa amplificação pode ser ilustrado com a questão das vacinas. De acordo com Iansiti e Lakhani, o “...consumo de conteúdo antivacina foi impulsionado pelos chamados efeitos da câmara de eco” que é quando os usuários só veem postagens que confirmam suas intuições e crenças e, assim, ignoram todas as informações e opiniões discordantes, se conectando apenas a grupos que não fazem senão reforçar seus vieses. Os efeitos disso são impactantes. De acordo com os autores, somente “no estado do Texas, pelo menos 57 mil crianças em idade escolar deixaram de ser vacinadas sem qualquer razão médica em 2018, um aumento de vinte vezes desde 2003”. Porém, os “mesmos métodos e mecanismos são sistematicamente usados para criar câmaras de eco” em todos os tipos de relações sociais, sejam elas políticas, religiosas ou culturais. (IANSITI, LAKHANI, 2021, pp. 215-216.)

Assim, o poder de escala da comunicação digital acaba por impactar de formas, talvez, mais prejudiciais às coletividades humanas do que às mídias tradicionais.

E, ao contrário das redes sociais, as mídias tradicionais não permitem a personalização de uma mensagem em tempo real. O algoritmo que exibe o resultado de uma busca no Google ou um anúncio no Facebook é capaz de personalizar automaticamente as informações exibidas para um usuário com o objetivo de maximizar o engajamento. Além disso, as mídias tradicionais não possibilitam o tipo de engajamento ativo dos usuários que promove o compartilhamento de conteúdo a um custo marginal zero para pessoas com crenças semelhantes. A escala, o escopo e o aprendizado digitais têm o poder de amplificar o impacto de qualquer viés, mesmo sem a intenção específica de causar danos ou influenciar crenças e pontos de vista. (IANSITI, LAKHANI, 2021, p. 216.)

Assim, a algoritmização das relações e intercâmbio de comunicação leva a dois fenômenos embrutecedores e empobrecedores da experiência intelectual e existencial dos indivíduos. De um lado, a imbecilização através das leituras massivas e superficiais do mundo, através das repostas fáceis e prontas dos problemas complexos do mundo e da política. De outro lado, a idiotização, na medida em que os indivíduos vivem dentro de bolhas de sentido fechadas em si mesmas e só consomem aquilo que o algoritmo identifica como de interesse, o indivíduo não tem contrapontos e se aliena a uma única visão de mundo.

Na grande mídia, apesar de muitas vezes existir grande capacidade de manipulação ou distorção, é preciso reconhecer a presença de centenas de milhares de profissionais, com formação superior, bastante competentes e corretos. A grande mídia é uma instituição complexa, com muitos problemas, mas que tem critérios na contratação de profissionais. Primeiramente, como o mercado precisa dos melhores profissionais para superar as concorrências. Ao mesmo tempo, existe também um código de ética, um código civil e penal já amplamente consolidados nas grandes democracias. As redes de comunicação desregulamentadas modeladas pelos algoritmos se tornaram um espaço para todo tipo de torpeza e vulgaridade que se pode imaginar.

Sem dúvida alguma a regulamentação civil das redes sociais é o primeiro passo para conter a escalada da desinformação, da deformação, da mentira e da difamação, do viés alienante e imbecilizante.

Neste contexto, é fundamental enfatizar que a tecnologia não se reduz a um mero "instrumento" à disposição da humanidade, através do qual esta daria forma ao mundo de acordo com suas disposições subjetivas, pré-estabelecidas, desde sempre inalteradas e independentes das próprias

condições que suas invenções técnicas colocam no horizonte de sua existência. Como Galimberti demonstrou, a técnica impõe suas próprias demandas e exigências. De certa forma, a técnica vai moldando o mundo humano a sua imagem e semelhança. Na idade da técnica, todas as ações, desejos, projeções, projetos estão mediados, impactados e afetados pelas condições colocadas pela tecnologia. Da mesma forma, como observou McLuhan, os meios técnicos não são meros instrumentos neutros ao dispor dos indivíduos; ao contrário, eles produzem efeitos, seja no âmbito objetivo das relações de produção, organização e intercâmbio humano, seja no plano subjetivo, influenciando decisivamente a forma como experimentamos, percebemos e vivenciamos o mundo.<sup>3</sup>

Seja como for, de um lado ou de outro, para o bem ou para o mal, a liberdade humana, se ela é possível nesse contexto, será essencialmente tecnológica e não poderá existir fora da tecnologia.

### **O mal-estar na civilização digital**

Em seu famoso ensaio *Das Unbehagen in der Kultur* (O mal-estar na civilização), Freud (1930) procurava trazer alguma luz à crise da civilização. De acordo com o genial inventor da psicanálise, o mal-estar na civilização era resultado de um sofrimento inevitável dos indivíduos na sociedade, pois deveriam subordinar seus instintos, orientados pelo princípio do prazer, ao princípio de realidade e de segurança de social. Caso contrário, a sociedade se autodestruiria. Na tentativa de fugir desse mal-estar, Freud aponta cinco estratégias em que os indivíduos se utilizam: o autoisolamento, a intoxicação crônica, o enamoramento, a ciência e a religião. Essas estratégias poderiam ter sucesso apenas parcial porque, como civilização, elas eram praticamente inviáveis.

A questão fatídica para a espécie humana parece-me ser saber se, e até que ponto, seu desenvolvimento cultural conseguirá dominar a perturbação de sua vida comunal causada pelo instinto humano de agressão e autodestruição. Talvez, precisamente com relação a isso, a época atual mereça um interesse especial. Os homens adquiriram sobre as forças da natureza um tal controle, que, com sua ajuda, não teriam dificuldades em se exterminarem uns aos outros, até o último homem. (FREUD, 1980, p. 175.)

Com o advento da Internet, em 1981 e, em seguida, da *World Wide Web*, em 1993, muitos pressagiaram novos tempos para o desenvolvimento

cultural da humanidade, pois a partir de então ela teria em mãos instrumentos tecnológicos capazes de dar um novo impulso à civilização, isso permitiria uma ampla disseminação e colaboração cultural. Tratava-se de uma “Alexandria digital” que disponibilizaria para todos os seres humanos de toda a produção cultural acumulada pela humanidade. Ao mesmo tempo, comemorava-se as possibilidades de uma “Ágora virtual” que seria capaz de resgatar o sentido da democracia nos moldes da *polis* grega ateniense, de participação direta nos debates e nas deliberações públicas. Desde então, novas formas de comunicação e de interação social cresceram exponencialmente e fizeram emergir as mais diversas formas de redes sociais.

Entretanto, em 2015, diferentemente dessas projeções entusiásticas, Humberto Eco alertava para o fato de que as redes sociais haviam dado voz a uma “legião de ignorantes”. Elas deram poder de fala aos idiotas que antes estavam restritos aos seus pequenos círculos, mas agora, na Ágora virtual, tinham o poder de prejudicar a sociedade. O gênio da literatura italiana estava certo. O estrago se fez e continua a se fazer sem precedentes na história da cultura humana. As chamadas *fakenews* proliferam deformando a informação; teorias da conspiração assaltam todos os dias os celulares dos cidadãos comuns às quais, incautos, promovem a confusão colocando em dúvida instituições veneráveis da cultura. Aquilo que poderia ser um instrumento na promoção do esclarecimento tornou-se um instrumento em obscurecimento da verdade e empobrecimento da vida.

Vale aqui lembrar, mais uma vez, a grande lição de Immanuel Kant, no século das luzes, hoje mais do que nunca, repleta de significado: de acordo com o filósofo prussiano a única forma de promover o esclarecimento – e, portanto, o avanço e o aperfeiçoamento da humanidade – era a “liberdade de fazer uso público da razão em todas as questões”. Porém, essa liberdade não era mera licenciosidade, pois ao fazer uso público da razão o indivíduo deveria não apenas estar bem-intencionado, mas observar cuidadosamente suas opiniões, sustentando-as com conhecimentos verdadeiros e elaborados.

Ao contrário, o que temos hoje é: de um lado, poderosos interesses escusos plantam mentiras, manipulam deliberadamente a verdade, muitas vezes se utilizando dos chamados robôs sociais. De outro lado, uma massa de ignorantes de todos os matizes reproduz e cria levemente narrativas falsas ou precárias de verdade. Emerge, neste contexto, em escala mundial autointitulados sábios que imaginam saber coisas que não sabem, fazendo um uso público da razão com suas opiniões sem fundamentos. As redes sociais se tornaram um terreno fértil para a proliferação do chamado efeito Dunning-Kruger,

...fenômeno pelo qual indivíduos que possuem pouco conhecimento sobre um assunto acreditam saber mais que outros mais bem-preparados, fazendo com que tomem decisões erradas e cheguem a resultados indevidos; é sua incompetência que os restringe da habilidade de reconhecer os próprios erros. Estas pessoas sofrem de superioridade ilusória. (Dunker, 2020, p. 225.)

Vivemos, portanto, uma crise epistemológica em que verdade e ficção, versão e realidade se confundem. Adentramos a era da “pós-verdade”.

Assim, o cenário da civilização digital é de uma “subcultura de massas”, como apontou o fotógrafo Antoine Geiger em que, mergulhados organicamente em nossas telinhas, nos alienamos do nosso corpo e do mundo físico à nossa volta. Em uma série de imagens, distorcidas, Geiger nos oferece uma visão profunda da subjetividade em tempos digitais. Ou pelo menos, uma parte significativa dela.

Onipresente: está em todo lugar. No seu bolso, no seu carro, no seu apartamento, na sua rua. Onipotente: é seu melhor companheiro, você lhe dá todos os seus amigos, seus bons sentimentos e suas fotos de férias. Onisciente: o verdadeiro canivete suíço do século 21, sem ele estamos todos perdidos. (GEIGER, 2015.)

O mal-estar na civilização digital poderia se resumir, em grande parte, com esta ideia: “No final das contas, não fugimos senão de nós mesmos.” (GEIGER, 2015.) Os poderosos celulares nas palmas de nossas mãos em redes cibernéticas estariam substituindo a própria realidade?

## **Da ciberdemocracia à ciberoclocracia**

Esse contexto extremamente complexo de redes sociais e tecnologias digitais de comunicação alteraram de maneira significativa o modo como as sociedades se organizam e se manifestam cultural e politicamente, podendo gerar, muitas vezes, profundo mal-estar. O cenário político, cultural e subjetivo contemporâneo que estamos vivendo é totalmente novo. A humanidade, pela primeira vez em sua história, está praticamente conectada, os países e indivíduos encontram-se interconectados à velocidade da luz, configurando uma nova forma de organização política global. O cenário político contemporâneo é o de uma *ciberpolis* global. Por

isso, precisamos compreender as novas relações de poder emergentes mediadas pelas tecnologias moleculares de comunicação global. Dessa forma, no contexto da era da AI e suas miríades de redes de comunicação digitais, a democracia só pode ser entendida e vivida como uma ciberdemocracia.

O que seria a ciberdemocracia? A democracia (*δημοκρατία*) como sabemos, significa o poder (*Κράτος*) do povo (*δῆμος*). Ela pressupõe a participação direta do povo nas decisões públicas de seu Estado. A democracia é, conforme Aristóteles, um regime conforme a liberdade e a igualdade. Nesse sentido, a democracia implica o revezamento no mando e na obediência, seja através de eleição dos governantes, seja através de sorteio, visto que todos são iguais diante da lei. Finalmente, a democracia consiste na liberdade de opinião e na organização do povo. A cibernética (*Κυβερνητική*) “foi definida por Wiener como 'a ciência do controle e da comunicação no animal e na máquina' – numa palavra, como a arte do comando”. A cibernética oferece uma perspectiva segundo à qual “todas as máquinas individuais podem ser ordenadas, relacionadas e entendidas. Outra característica importante da cibernética “é que segunda virtude peculiar da cibernética é que ela oferece um método para o tratamento científico do sistema em que a complexidade é saliente e demasiado importante para ser ignorada. (ASHBY, 1970 pp. 1-5.) A ciberdemocracia seria, então, o poder cibernético do povo.

Durante grande parte da modernidade, a democracia foi e ainda hoje é concebida como a melhor forma de governo quando se trata da liberdade. Em alguns casos, como a melhor forma de governo universal, de tal modo que acabou por se transformar em uma espécie de mito.

Nos perguntamos se não seria o momento de pensar criticamente esse mito da democracia moderna. Em certo sentido, como sociedade talvez ainda não estejamos maduros para essa discussão, mas as realidades democráticas experimentadas nos últimos cem anos nos obrigaram a abordar o tema como analistas e intérpretes de nosso tempo. Sem um profundo olhar crítico à experiência democrática vivida, nos manteremos em um caminho que talvez possa trazer males ainda maiores às sociedades.

Primeiramente, na tradição filosófica, a democracia nem sempre foi considerada a melhor forma de governo nem tampouco a forma universal de governança, salvo a partir das filosofias racionalistas da modernidade hegeliana, que definiu o destino da humanidade de acordo com a liberdade; e kantiana, com seus ideais de esclarecimento e autonomia. Filosofias contestadas por pensadores do tamanho de Hobbes, Nietzsche, Schopenhauer e Freud entre outros.

Importantes filósofos consideraram a democracia uma forma de governo degenerada ou muito próxima da degeneração. Em Platão, é um regime que acaba em anarquia pelo excesso de liberdade que o povo. Em Aristóteles, a democracia é uma má forma de governo porque visa ao interesse apenas de uma parte da sociedade e não de toda a sociedade. Ainda que seja a melhor entre as más formas de governo, é a forma republicana que Aristóteles considera realmente boa. Em Nietzsche, a democracia representa o domínio do rebanho sobre as individualidades e suas potencialidades. Em Maquiavel, a democracia é uma forma de governo problemática e perniciosa, porque um governo puramente democrático, logo degenera em uma oclocracia.

Como alguns que escreveram sobre as repúblicas dizem, haver nelas um dos três regimes, chamados por eles monarquia, aristocracia e democracia e aqueles que governam uma cidade devem tender para um destes, segundo lhes parecer mais conveniente. Alguns, mais sábios, segundo a opinião de muitos, dizem ser seis os regimes políticos, dos quais três consideram péssimos, sendo os outros três bons por si próprios, mas tão facilmente corrompíveis que também eles vêm a ser perniciosos. Os que são bons são aqueles já mencionados; os que são maus são outros três que daqueles três dependem e cada um deles é de tal modo parecido àquele que lhe corresponde que, facilmente, um se torna o outro, pois a monarquia facilmente se torna tirania; a aristocracia facilmente torna-se oligarquia e a democracia, sem dificuldade, converte-se em libertinagem. Assim, se um legislador organiza em uma cidade um desses três regimes, o faz por pouco tempo, pois nenhum remédio evitará que ele se deteriore em seu contrário, pela semelhança que há neste caso entre a virtude e o vício. (MAQUIAVEL, 2022, p. 10.)

Na verdade, a boa forma de governo, para ele, é como indicamos anteriormente, a forma mista na qual o povo, os nobres e o príncipe formariam uma República verdadeira forte, capaz de garantir a liberdade e a justiça.

Digo, então, que todos os três modos são pestíferos, pela brevidade da vida dos três bons regimes e pela malignidade dos três ruins. De modo que, se tivessem conhecimento deste defeito, aqueles que criaram as leis evitariam todos esses três regimes propriamente ditos e elegeriam um regime que

participasse de todos, julgando-o o mais firme e mais estável, porque um vigiaria o outro, havendo numa mesma cidade a monarquia, a aristocracia e a democracia. (MAQUIAVEL, 2022, p. 12.)

Os grandes teóricos socialistas, por sua vez, não acreditavam nas ilusões do que eles chamavam de "democracia burguesa". Mais contemporaneamente, para Janson Brennan, as democracias se mostraram incapazes de realizar o ideal de liberdade moderna, pois tem demonstrado ao longo das últimas décadas serem espaços de pouco interesse público e escasso debate intelectual, colocando em risco as possibilidades de justiça social. Para Brennan, não é justo que indivíduos verdadeiramente ignorantes dos assuntos que dizem respeito à *polis* tenham direito e poder de decisão. Brennan, em oposição à democracia, vai postular a ideia de uma forma de governo epistocrática, um governo em que a ciência e o conhecimento teriam o papel determinante nos destinos da sociedade.

Em segundo lugar, ainda que em casos excepcionais a democracia tenha se constituído em uma boa forma de governo não parece sensato considerá-la como forma de governo universal, pois os estágios e as constituições originárias de cada povo são tão diversos que as pretensões universalistas, antigas ou modernas, aqui, não fazem sentido. Vivemos em um mundo irreversivelmente heterogêneo e poliético. Então, cada nação pode encontrar a sua forma mais apropriada para a realização de seu próprio bem, lição, aliás, já apresentada por Aristóteles. Pode, portanto, ser republicana, aristocrática, democrática, monárquicas, combinações diferentes dessas formas puras, podendo ser mistas etc. São poucos os países que realmente conseguiram bons resultados com uma forma de governo mais democrática. Entre outros, Noruega, Dinamarca, Holanda, mas que, ainda assim, não são formas puramente democráticas, pois são governos mistos.<sup>4</sup>

Ainda, a democracia tal como a temos experimentado, como governo representativo, não é de fato uma forma de organização política democrática. A democracia representativa de políticos profissionais está longe de ser de fato uma expressão de uma forma de governo genuinamente democrática, na qual a grande massa da população participa das decisões de sua pátria com vistas ao próprio bem. A realidade é que não há praticamente nenhuma dessas instâncias de decisão real nem tampouco as decisões são realmente boas para as grandes maiorias.<sup>5</sup>

Como bem apontou o célebre filósofo greco-francês Cornelius Castoriadis, as democracias liberais são de minorias, são oligarquias liberais às quais realmente se beneficiam desta forma de regime representativo. Os

grandes lucros e os grandes ganhos estão cada vez concentrados nas mãos de poucos. Basta ver as pesquisas recentes apontando o aumento da concentração de riqueza nos últimos anos. De fato, a democracia como poder direto do povo nunca chegou a se configurar em parte alguma, nunca foi uma experiência moderna efetiva. A democracia representativa eletiva dominante na maior parte dos países ocidentais tem sido, em grande parte, somente a representação das oligarquias econômicas e políticas. Os ditos representantes do povo são, na verdade, representantes das oligarquias.<sup>6</sup>

Mas as redes cibernéticas de comunicação digital não teriam aberto a possibilidade da experiência social de uma verdadeira democracia? Não vivemos, atualmente, em uma ciberdemocracia? Provavelmente não. Estamos mais próximos de uma ciberoclocracia misturada com uma ciberoligarquia.

A oclocracia (*οχλοκρατία*) é uma forma de governo em que a população (*οχλος*) detém o poder. A oclocracia seria, como bem indicou Maquiavel, a lei da população, o governo das massas, lei da rua, lei da máfia, uma forma permissiva de governo.

E, porque todos os regimes, no princípio, têm algum prestígio, essa democracia mantinha-se um pouco, mas não muito, no máximo até que fosse extinta aquela geração que a proclamou, porque logo vinha a licenciabilidade, onde não se tinha respeito nem pelos homens públicos nem pelos comuns, de modo que, vivendo cada um a seu modo, se faziam muitas injúrias... (MAQUIAVEL, 2022, p. 11.)

Infelizmente, esta é a realidade que encontramos nas redes sociais, sobretudo quando se trata de discussões e debates políticos. A oligarquia (*ολιγαρχία*) é uma forma de governo em que pouco ricos (*ολιγοι*) tem o poder e governam para o seu próprio interesse, cujos representantes seriam as grandes plataformas e os grandes meios de comunicação de massa.

Seria o caso, então, de uma reinvenção da democracia ou de uma superação de seus paradigmas fundamentais?

## **Poder e liberdade na era da Inteligência Artificial**

A liberdade humana civil é o exercício do poder e, portanto, da participação política, logo, envolvimento ativo nas questões de estado e governo. Ou a liberdade está livre de qualquer compromisso em relação a essa participação? O que seria uma liberdade em que os destinos dos

indivíduos e das coletividades fossem decididos por outros indivíduos que não por si mesmos? Liberdade, nesse sentido, não significa apenas que os cidadãos são livres para fazerem o que bem quiserem de suas vidas privadas. Significa também serem livres para decidirem os seus destinos e os de sua cidade. Ou seja, liberdade significa autonomia coletiva, em que todos os cidadãos têm o direito de manifestar suas opiniões publicamente e, ao mesmo tempo, decidir por si mesmos os caminhos de suas pátrias e de seu mundo.

Essa liberdade e poder de decisão é hoje condicionada cada vez mais pelas possibilidades, problemas e limites colocados pela IA.

Em nível das relações internacionais de poder entre os Estados e os efeitos globais da IA nesse cenário observamos importantes mudanças no cenário contemporâneo. Ao analisar o impacto global das relações de poder, entre China e EUA, Rajiv Malhotra observa que a principal competição em curso atualmente para a dominação global é em torno da IA.

Ambas as superpotências reconhecem a IA como o cume mais valioso a ser conquistado em sua corrida pela liderança em assuntos econômicos, políticos e militares.

Enquanto as tecnologias aeroespaciais, de semicondutores, de biotecnologia e outras também são cruciais nesta corrida, a IA é o multiplicador de força que os une e os lança para novos níveis. (MALHOTRA, 2021, p. 645-660, trad. do autor.)<sup>7</sup>

Além disso, também há uma competição para controlar países periféricos e novas colônias. Isso tem a ver com o domínio da tecnologia de AI que aqueles países não têm e o que os tornaram frágeis presas dessas grandes potências. O cenário que se apresenta é o de recolonização digital do planeta. Ao mesmo tempo, as grandes plataformas e empresas privadas que controlam o setor das tecnologias de AI estão se tornando mais poderosas e influentes do que muitos países. (MALHOTRA, 2021, p. 645-660.)

Grandes plataformas digitais como Facebook, por exemplo, têm quase 3 bilhões de usuários no mundo, seguida de Instagram, Youtube, Whatsapp, todos com mais de 2 bilhões de usuários. Ou seja, concentram uma população maior que qualquer país e certamente com recursos financeiros e poder de influência extraordinários. A batalha, nesse sentido, seria pela dominação digital global através da liderança na corrida da IA.

Ao mesmo tempo, as relações internacionais entre os estados nacionais estão sofrendo profundas transformações em seu modo de ser. Marius Vacarelu defende a ideia de que a AI é a mais poderosa tecnologia já inventada pela humanidade e que vai transformar profundamente as

relações diplomáticas e internacionais nos próximos anos. Considerando a tradicional distinção entre “hard-power” e “soft-power”, a diplomacia faz parte dessa segunda esfera de relação de poder entre os Estados. Desse modo, o papel principal da diplomacia é trazer resultados positivos para os Estados sem a utilização do “hard-power”, tais como guerras, ocupações violentas etc. Assim, de acordo Vacarelu:

A Inteligência Artificial surgiu como a concretização de um sonho antigo dos decisores políticos, nomeadamente armazenar em muito pouco tempo grandes quantidades de informação, a partir das quais se podem criar estratégias políticas, econômicas, militares etc. (VACARELU, 2021, p. 835. Trad. do autor.)<sup>8</sup>

No entanto, como a maioria dos governantes ainda não compreende de forma adequada a tecnologia da AI, o uso que se faz dela é bastante limitada, reduzindo-se a políticas essencialmente agressivas, tipo “hard-power”, contra os países inimigos. Dessa situação emerge um problema notável para a diplomacia internacional. Como se adequar a essa nova realidade tecnológica e fazer com que as “informações e estatísticas fornecidas pela AI”, tornem possível um trabalho “em que o próprio conhecimento da psicologia do poder e da sociedade lhe dá um papel mais visível”.

Aumentar o número de atores capazes de usar Inteligência Artificial tanto interna quanto externamente aumentará o número de “escritórios diplomáticos”, seja em formato físico ou virtual. No entanto, não é obrigatório que esse aumento numérico se concretize no aumento da qualidade dos atos diplomáticos – tanto os clássicos como os que surgirão em decorrência da aplicação de tecnologias de Inteligência Artificial. (VACARELU, 2021, p. 835-847. Trad. do autor.)<sup>9</sup>

Desse modo, torna-se essencial elaborar procedimentos claros e marcos regulatórios internacionais entre os Estados no uso da AI nas relações diplomáticas, afim de evitar um caos. Isso implica na adoção de estatutos legais que permitam alcançar um “padrão aceitável” de relacionamento entre os Estados. Pois, do contrário, não será apenas uma nova ordem mundial que emergirá, mas mais propriamente uma nova guerra fria cujas consequências poderão ser de aumento das desigualdades regionais e recolonização digital mundial pelas grandes potências.

Finalmente, os poderes da AI e suas tecnologias intelectuais e de comunicação afetam também as relações de poder e governança no interior do próprio Estado. Gostaríamos de chamar a atenção aqui para as possibilidades de liberdade e participação dos cidadãos nas decisões de sua *polis*, sob duas formas.

A primeira, diz respeito a um movimento que já está em curso que é o nascimento da *Ágora* virtual, ou seja, o fato de que as redes cibernéticas de comunicação permitiriam, concretamente, que os cidadãos, reunidos na praça pública virtual, discutissem, se organizassem e deliberassem diretamente sobre todas as questões políticas relativas à sua vida em comum.

A segunda, se refere ao potencial de liberdade e tomada de decisão “direta” pelos cidadãos, através de seus avatares cívicos, modulados e regulados pela AI, de acordo com a proposta de César Hidalgo para substituir os dispendiosos, burocráticos e, não raras vezes, corruptos políticos profissionais.

Vamos discutir essa ideia porque ela parece resolver problemas importantes do ponto de vista da liberdade individual e civil, do conflito entre liberdade individual e coletiva que até então é um insolúvel problema original da liberdade civil tal como colocado pela modernidade.

O ponto de partida da ideia é de que a *Ágora* virtual, ainda que possível tecnicamente, seria de fato impraticável, pois leis e projetos de leis são cada vez mais complexos que demandariam tempo considerável para compreensão e interpretação do cidadão comum. Tempo este que ele absolutamente não tem ou não está interessado em dedicar nem tem competência jurídica para entender e deliberar. Assim, Hidalgo propõe que cada cidadão deva criar seu próprio avatar civil através da AI para que toda vez que for preciso tomar decisões, sobretudo complexas, os avatares civis sejam “consultados” pela AI governamental do Estado a fim de deliberar. Deliberação que estaria de acordo com o perfil estabelecido pelo próprio indivíduo em seu avatar, que poderia e deveria ser constantemente checado, transformado e aperfeiçoado.

Hidalgo descreve assim sua proposta:

Imagine um sistema em que você se conecta e cria seu avatar e começa a treinar seu avatar. Assim, você pode fornecer ao seu avatar seus hábitos de leitura, ou conectá-lo às suas redes sociais, ou pode conectá-lo a outros dados, por exemplo, fazendo testes psicológicos. E o bom disso é que não há engano. Você não está fornecendo dados para se comunicar com seus amigos e familiares que são usados em um sistema

político. Você está fornecendo dados para um sistema projetado para ser usado para tomar decisões políticas em seu nome. (HIDALGO, 2018. Trad. do autor.)<sup>10</sup>

Sendo um sistema aberto em que ninguém controla os algoritmos, o cidadão é livre para auditar o sistema e escolher um algoritmo de treinamento de modo a testar os movimentos e decisões de seu avatar.

Então você pega esses dados e escolhe um algoritmo de treinamento, porque é um mercado aberto no qual diferentes pessoas podem enviar diferentes algoritmos para prever como você vai votar, com base nos dados que você forneceu. E o sistema é aberto, então ninguém controla os algoritmos; existem algoritmos que se tornam mais populares e outros que se tornam menos populares. Eventualmente, você pode auditar o sistema. (HIDALGO, 2018. Trad. do autor.)<sup>11</sup>

O cidadão tem total controle sobre seu avatar cívico e dessa forma sabe como ele está funcionando. Se considerar que ele está funcionando de forma adequada “pode deixar no piloto automático” e dar seguimento às atividades que tem interesse, tais como trabalhar, cuidar dos filhos, ler, exercitar-se, dedicar-se a uma causa animal, ambiental, social etc. O avatar civil deixa o indivíduo livre para viver sua liberdade privada. No entanto, é possível que o indivíduo queira acompanhar mais de perto como seu avatar está decidindo e decida ser consultado a cada votação, tornando-se nesse caso um cidadão mais participativo.

Uma das razões pelas quais usamos tão pouco a democracia pode ser porque a democracia tem uma interface de usuário muito ruim. E se melhorarmos a interface do usuário da democracia, poderemos usá-la mais. (HIDALGO, 2018. Trad. do autor.)<sup>12</sup>

Podemos e devemos tornar a democracia mais atraente, melhorando suas interfaces de participação, aumentando, dessa forma, o poder e a liberdade dos indivíduos.

Sem dúvida, Hidalgo não é um otimista ingênuo, pois tem em mente que um tal sistema não será facilmente implementado. Mas acredita que, na medida em que formos experimentando e aperfeiçoando, passo a passo, nas instituições locais, nas escolas e nas universidades, nas comunidades, nos diversos agrupamentos sociais, e aos poucos evoluindo para sistemas mais amplos e complexos como as cidades, os estados e os países, será

possível substituir o sistema político atual, caro e burocrático, por sistemas de AI que realmente representem a vontade dos cidadãos.

Desse modo, esse regime de decisões e escolhas permitiria, de um lado, a maior liberdade individual possível, pois os indivíduos não precisariam se tornar cidadãos permanentemente envolvidos com as questões políticas de seu Estado. De outro lado, permitiria que esses cidadãos, através de seus avatares, exercessem o poder de deliberação direto sobre os seus próprios destinos.

## **Conclusão**

A questão central que esse trabalho pretendeu explorar era se a AI e suas tecnologias intelectuais e de comunicação favoreceriam ou não a possibilidade de experiência da liberdade humana? E através dessa problematização pensar o conceito de liberdade como tecnoliberalidade.

Para tanto, partimos do modo como o conceito de liberdade foi tratado por eminentes pensadores ao longo da história da filosofia e vimos que a ideia de liberdade humana é sempre uma liberdade civil, ou seja, é uma liberdade vivida em um contexto de intercâmbio entre indivíduos, estados, instituições, mercados etc.

Em seguida, exploramos a ideia de que a liberdade humana é inseparável das tecnologias às quais ela mesma inventa para superar suas limitações físicas e ampliá-las em sua constante luta contra os limites e restrições impostas pela natureza, de tal modo que a liberdade é sempre mediada pela tecnologia, apesar de todas as contradições internas que essa mediação pode resultar. Contradições que resultariam em uma espécie de mal-estar da civilização em que mergulhados em estruturas subjetivas autoenganadoras nos desconectamos de nossa própria realidade física e espacial.

A partir desse contexto, pensamos o movimento que estaria nos levando da ciberdemocracia potencial para uma ciberoclocracia real. Para tanto, em seguida, nos perguntamos sobre o mito da democracia moderna e se esta, como forma de governo, deveria ser superada ou reinventada.

Finalmente, na última parte, exploramos os riscos de uma nova colonização digital do planeta pelas superpotências, mas também, principalmente, as possibilidades emergentes de uma república democrática reinventada que através de avatares civis criados pelas ferramentas de AI permitiriam uma verdadeira liberdade e poder individual e coletivo dos cidadãos na *Ágora* virtual do século 21.

Dessa forma, apesar das inumeráveis contradições presentes nesse mundo absolutamente mediado pela AI e suas tecnologias, pensamos que

a liberdade individual será garantida por essa tecnoliberalidade de escolher seu próprio destino através de seus avatares cívicos, sem ter que necessariamente estar envolvido permanentemente nas questões políticas de seu Estado. Ao mesmo tempo, os aristocratas dos novos tempos, os guardiões da república cibernética, ou seja, os programadores da AI se tornam essenciais na configuração de uma *Politéia* justa e autônoma.

Essas formas de governança baseada em AI serão então necessariamente mistas, serão repúblicas aristocráticas democráticas onde todos serão ouvidos, desde os cidadãos comuns aos de elite. Dessa forma, talvez, as possibilidades da liberdade humana possam ser realizadas em toda a sua riqueza, responsabilidade e potencialidade.

---

## Notas

<sup>1</sup> Professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Tem graduação e mestrado em Filosofia pela UFRGS e doutorado em Psicologia pela PUC/SP. Tem experiência docente e de pesquisa, trabalhando em uma perspectiva transdisciplinar. O principal tema de pesquisa em curso atualmente envolve a questão da tecnociência, particularmente os temas da 'sabedoria transumanista' e da 'ética da inteligência artificial'. É Coordenador do Curso de Filosofia - Bacharelado e Licenciatura da Unisinos e participa do GT Filosofia da técnica e da tecnologia da ANPOF

<sup>2</sup> No original: "If the fundamental battle about the definition of the norms of society, and the application of these norms in everyday life, revolves around the shaping of the human mind, communication is central to this battle" (CASTELLS, 2009, p. 4).

<sup>3</sup> Para uma compreensão mais aprofundada a respeito da concepção de técnica pressuposta aqui, ver o artigo do autor A natureza da técnica: crítica do caráter instrumental do conceito de técnica. Disponível em << <https://revistas.ufpi.br/index.php/pensando/article/view/5937> >>. Acesso em: 26 ago. 2023.

<sup>4</sup> No mundo político moderno só existem dois tipos de governança possíveis: as oligárquicas e as aristocráticas. Todas as outras formas de governança modernas são, de alguma forma, ou aristocráticas ou oligárquicas. Ou governam com nobreza e grandeza da alma. Ou governam com vileza e pobreza de alma. Governantes, nunca são todos (democracia/república) nunca mais é um apenas (monarquias) que governa. São sempre poucos. Estes são poderes aristocráticos ou oligárquicos. Governam para o bem geral ou governam para si mesmos. Riquezas para todos ou riquezas só para si.

---

<sup>5</sup> Basta ver terríveis condições de renda, trabalho, salário, moradia e saneamento atuais, como, por exemplo, no Brasil e em grande parte dos países latino-americanos.

<sup>6</sup> No Brasil, estas oligarquias são poderosíssimas e diversas. As oligarquias econômicas, industriais, financeiras, comerciais, comunicacionais, intelectuais, militares, religiosas e político-partidárias. O Estado brasileiro é um estado massacrado, usurpado, por estas oligarquias.

<sup>7</sup> No original: Both these superpowers recognize AI as the most prized summit to conquer in their race for leadership in economic, political and military affairs. While aerospace, semiconductors, biotech, and other technologies are also crucial in this race, AI is the force multiplier that brings them together and catapults them to new levels. (MALHOTRA, 2021, p. 645-660)

<sup>8</sup> No original: Artificial Intelligence appeared as a realization of an old dream of political decision-makers, namely to store in a very short time huge amounts of information, based on which to create political, economic, military strategies, etc. (VACARELU, 2021, p. 835)

<sup>9</sup> No original: Increasing the number of actors capable of using Artificial Intelligence both internally and externally will increase the number of “diplomatic offices”, either in physical or virtual format. However, it is not mandatory for this numerical increase to be objectified in the increase of the quality of diplomatic acts – both the classic ones and those that will appear as a result of the application of Artificial Intelligence technologies. (VACARELU, 2021, p. 835-847)

<sup>10</sup> No original: Imagine a system that you log in and you create your avatar, and then you're going to start training your avatar. So you can provide your avatar with your reading habits, or connect it to your social media, or you can connect it to other data, for example by taking psychological tests. And the nice thing about this is that there's no deception. You are not providing data to communicate with your friends and family that then gets used in a political system. You are providing data to a system that is designed to be used to make political decisions on your behalf. (HIDALGO, 2015)

<sup>11</sup> No original: Then you take that data and you choose a training algorithm, because it's an open marketplace in which different people can submit different algorithms to predict how you're going to vote, based on the data you have provided. And the system is open, so nobody controls the algorithms; there are algorithms that become more popular and others that become less popular. Eventually, you can audit the system. (HIDALGO, 2015)

<sup>12</sup> No original: One of the reasons why we use democracy so little may be because democracy has a very bad user interface. And if we improve the user interface of democracy, we might be able to use it more. (HIDALGO, 2015)

## **Referências bibliográficas**

ARENDDT, H. *On violence*. New York: Harvest Book, 1970.

---

ARISTÓTELES. *A Política*. Tradução de Nestor Silveira Chaves. Bauru: Edipro, 2009.

ASHBY, W. *Introdução à cibernética*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

BERNERS-LEE, T. *Weaving the web: the original design and ultimate destiny of the world wide web*. New York: HarperCollins, 2000.

BOBBIO, N. *Maquiavel*. Disponível em: < <https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2014/06/11/maquiavel-norberto-bobbio/> >. Acesso em: 12 nov. 2022.

BRENNAN, J. *Against democracy*. New Jersey: Princeton University, 2016.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, M. *Communication Power*. New York: Oxford University, 2009.

CONSTANT, B. A liberdade dos antigos comparada com a dos modernos in *Revista Filosofia Política* n. 2, 9-25. Tradução de Loura Silveira. Porto Alegre: Editora L&PM, 1985.

DUNKER, C. *A arte da quarentena para principiantes (Pandemia Capital)*. Boitempo Editorial. Edição do Kindle, 2020.

ECO, H. *As redes sociais*. (2015). Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ansa/2015/06/11/redes-sociais-deram-voz-a-legiao-de-imbecis-diz-umberto-eco.jhtm> >. Acesso em: 04 nov. 2021.

FERRY, L. *A revolução transumanista*. Tradução de Éric R. R. Heneault. Barueri: Manole, 2018.

FREUD, S. *O mal-estar na civilização*. In: FREUD, S. *Obras Psicológicas Completas*, v. XXI. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

GALIMBERTI, U. *Psiche e Techne, o homem na idade da técnica*. Tradução de José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 2006.

GEIGER, A. *Projeto sur-fake*. (2015). Disponível em: < <http://files.cargocollective.com/440813/Texte.pdf> >. Acesso em: 02 nov. 2021.

GEIGER, A. *Projeto sur-fake*. (2015). Disponível em: < <https://antoinegeiger.com/sur-fake> >. Acesso em: 06 nov. 2021.

---

HARARI, Y. *Homodeus, uma breve história do amanhã*. São Paulo: Cia das Letras, 2016.

HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica. Tradução para o português de Marco Aurélio Werle. *Scientia Studia*, 2007. Disponível em: < [http://www.scientiaestudia.org.br/revista/PDF/05\\_03\\_05.pdf](http://www.scientiaestudia.org.br/revista/PDF/05_03_05.pdf) >. Acesso em: 29 ago. 2022.

HIDALGO, César. A bold idea to replace politicians. (2018) Disponível em: < [https://www.ted.com/talks/cesar\\_hidalgo\\_a\\_bold\\_idea\\_to\\_replace\\_politicians](https://www.ted.com/talks/cesar_hidalgo_a_bold_idea_to_replace_politicians) >. Acesso em: 19.02.2023.

HOBBS, T. *Leviatã*. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

HOTTOIS, G. *Technoscience et sagesse?* Paris: Pleins Feux, 2002.

IANSITI, Marco; LAHKHANI, Marim R. *A Era da Inteligência Artificial*; tradução de Cristina Yamagami. 1. ed. Cascavel/PR Editora AlfaCon, 2021.

KANT, I. *Crítica da razão prática*; tradução de Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

KANT, I. *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?* (1874). Disponível em: < <https://www.gutenberg.org/files/30821/30821-h/30821-h.htm> >. Acesso em: 02 nov. 2021.

KISSINGER, Henry A; SCHIMIDT, Eric; HUTTENLOCHER, Daniel. *The Age of AI: And Our Human Future*. Little, Brown and Company, 2021.

LEE, Kai-Fu. *AI superpowers: China, Silicon Valley, and the new world order*. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2018.

LEE, Kai-Fu; QIUFAN, Chen. *AI 2041, ten visions for de future*. New York: Currency, 2021.

LÉVY, P. *IEML: rumo a uma mudança de paradigma na Inteligência Artificial*. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/197482> >. Acesso em: 02 out. 2022.

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo*. Tradução de E. Jacy Monteiro. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

MALHOTRA, R. *Artificial Intelligence and the Future of Power: 5 Battlegrounds*. Rupa Publications India Pvt Ltd. Edição do Kindle, 2021.

---

MAQUIAVEL, N. Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio. Tradução de Edson Amaro de Souza. Plante Árvores. Edição do Kindle, 2022.

MAQUIAVEL, N. O príncipe. Tradução de Mário e Celestino da Silva. (2019) Disponível em: <  
[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/573552/001143485\\_O\\_principe.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/573552/001143485_O_principe.pdf) >. Acesso em: 15 nov 2022.

MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MCLUHAN, Marshall. Understanding media: the extesions of man. Cambridge: MIT Press, 1994.

MILL, J. Sobre a liberdade. Tradução Pedro Madeira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

NIETZSCHE, F. La généalogie de la morale, une écrit polémique pour compléter et éclairer Par-delà bien et mal récemment publié. Traduction par Jean Gratien et Isabelle Hildenbrand. Paris: Gallimard, 1978.

PEIXOTO, E. (org). Transformação digital: uma jornada possível. São Paulo: Jandaíra, 2021.

PLATON. La République. Traduction par René Baccou. Paris: Garnier, 1958.

SCHWAB, K. The fourth industrial Revolution. New York: Crown Business, 2017.

VACARELU, M. Artificial Intelligence and Digital Diplomacy. Springer International Publishing. Edição do Kindle, 2021.

*Received/Recebido: 14/07/2023*  
*Approved/Aprovado: 11/11/2023*